

A woman with dark hair, wearing a dark blue patterned top, is focused on painting a small, light-colored ceramic bowl. She is in a workshop filled with various pottery tools and materials. In the background, there are several containers holding brushes and other tools. On the table in front of her, there are several finished ceramic pieces, including small bowls and decorative items. The scene is lit with warm, orange-toned light, and a large red curved line is overlaid on the right side of the image.

Economia Solidária Alguns Conceitos Básicos





Economia Solidária Alguns Conceitos Básicos

Porto Alegre
Julho
2017



Expediente

Realização: CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional (<http://camp.org.br/>)

Conselho Diretivo do CAMP: Márcia Falcão, Carlos Roberto Winckler, João Maurício Farias e Roseli Dias.

Equipe Executiva do CFES Sul/CAMP: Daniela Tolfo, Gabriela Salvarey, Elisiane Jahn e William Leffeu.

Diagramação: Beto Fagundes

Apoio:

Christian Aid

Financiamento:

SENAES através do Convênio nº 775707/2012 – SENAES/MTB – CAMP e Conselho Britânico/Newton Found, através do Projeto Plataforma de Educação em Economia Solidária – Fazer Solidário (<http://www.fazersolidario.org.br/>).





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1. TERRITÓRIO E PODER LOCAL Fernanda Schutz	13
2. MODO DE PRODUÇÃO SOLIDÁRIO Mauri Cruz	21
3. REDES E CADEIAS Nelsa Inês Fabian Nespolo	27
4. FINANÇAS SOLIDÁRIAS Elisiane de Fátima Jahn	35
5. COMERCIALIZAÇÃO Nelsa Inês Fabian Nespolo	47



Apresentação

É com satisfação que apresentamos esta publicação ao público em geral e em especial às pessoas que apostam numa nova economia possível baseada na solidariedade. Através dela, apresentamos algumas reflexões sobre educação popular que balizaram as atividades formativas e de apoio à assessoria técnica em economia solidária do CFES Sul – Centro de Formação e de Apoio e Assessoria Técnica da Região Sul.

O caderno foi organizado pela equipe do CFES Sul em parceria com a plataforma Fazer Solidário – Educação em Economia Solidária. O CFES foi formatado a partir dos princípios da educação popular e reuniu saberes acumulados nos processos formativos dos fóruns, empreendimentos, agentes públicos e entidades de apoio da economia solidária – EcoSol. Está articulado com o movimento de EcoSol e inserido na estratégia da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária de fortalecimento da EcoSol, através de ações específicas e da articulação com as políticas de desenvolvimento territorial solidário sustentável e de superação da pobreza. A Plataforma foi desenvolvida entre março de 2016 e março de 2017 pelo CAMP e seus parceiros, com financiamento do Conselho Britânico/Newton Foundation¹, e com apoio da Christian Aid² e da SENAES/MTB³ e oferece uma série de ferramentas de apoio aos coletivos

9

1 Através do Projeto “Plataforma de Educação em Economia Solidária”.

2 <https://www.christianaid.org.uk/>

3 Através dos seguintes convênios entre CAMP - SENAES/MTB -Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego: CFES Sul (convênio nº 775707/2012), PopRua (convênio nº 775707/2012) e Fundos Sul (convênio nº 792864/2013).

de economia popular e solidária, dentre os quais destaca-se o Curso Todas as Formas Solidárias de Fazer Economia.

Os temas deste caderno correspondem aos dois cursos ministrados pelos CFES Sul neste convênio e reúne os artigos escritos pelos/as educadores/as populares que ministraram as aulas do Módulo III da plataforma – “Economia Solidária na Região Sul”. No primeiro artigo, Fernanda Schutz apresenta alguns conceitos básicos para pensar a potencialidade da economia solidária nas relações de poder locais e territoriais. No segundo artigo, Mauri Cruz, nos mostra de forma direta algumas diferenças essenciais entre o modo de produção capitalista e o solidário. A seguir, Nelsa Nespolo fala sobre redes e cadeias, ilustrando a discussão com a experiência da Justa Trama. No quarto artigo, Elisiane Jahn fala sobre as finanças solidárias, abordando seu histórico e conceito, trazendo alguns elementos para diferenciar finanças solidárias e financiamento para a economia solidária, e apresentando as principais ferramentas das finanças solidárias no Brasil. No último artigo, Nelsa Nespolo fala sobre comércio justo e consumo consciente e apresenta algumas dicas para a comercialização solidária. Boa leitura!





1. TERRITÓRIO E PODER LOCAL

Fernanda Schutz⁴

O presente texto tem como objetivo apresentar subsídios para a discussão da relação da Economia Solidária com o Território, trazendo conceitos e exemplos de organização da economia solidária numa perspectiva territorial; mostrando a relação entre os projetos de desenvolvimento local e a economia solidária; e apresentando subsídios para a discussão da questão do poder local. O texto apresenta o tema de forma básica e fundamental, dando subsídios para uma discussão inicial. Para um aprofundamento pode-se apoiar nas referências apresentadas ao final.

Território

Quando ouvimos a palavra *território*, logo podem vir referências como um país (território brasileiro), uma cidade, um bairro, um espaço geográfico delimitado. Conforme o dicionário Houaiss, território é definido como: 1) grande extensão de terra; 2) área de um distrito, município, cidade, país, etc; 3) extensão geográfica do Estado sobre a qual exerce a sua soberania. Esses espaços geográficos carregam identidades de um povo, no caso de um país, seus costumes, tradições, cultura, hábitos que ligam as pessoas que o habitam. Assim, podemos, sem medo, conceituar território como “*espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. Do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído por países membros da OTAN*” (SOUZA 2001, p.11).

Outro importante conceito de território é apresentado por Milton San-

⁴ Ms. Economia.

tos, que foi um importante geógrafo e pesquisador. Ele “*discute como nos territórios locais se estabelecem relações que chama de horizontais e verticais. As relações horizontais são as que ocorrem no espaço local, enquanto espaço de vida e de interação cotidiana dos moradores daquele território, ou com os espaços vizinhos. As relações verticais são as que se articulam ao espaço global, espaço de intervenção das redes econômicas, culturais e políticas internacionais, vinculando-se ao mercado e à produção mundializadas*” (MACHADO; LACERDA, 2003, p.14).

Assim, podemos dizer que o território não é em si o espaço geográfico delimitado por instituições do Estado⁵, mas é a expressão das forças de poder nele exercidas que o delimitam. Ou seja, podemos dizer que a força, o poder, a capacidade de decisão das pessoas, de organizações, de grupos, de associações e de outras tantas formas da sociedade de se organizar é que irão dizer, determinar, conduzir as ações e, por conseguinte, os resultados de um determinado território e sua área de atuação, seus limites geográficos.

Espaços e Dinâmicas de Poder Local

Quando falamos de território estamos relacionando poder e capacidade de decisão. Quem decide? Como decide? O que decide? Quem estabelece os padrões, as regras? Como vivemos em um mundo onde as coisas todas supostamente são globalizadas, padronizadas, as decisões parecem chegar prontas para nós. Podemos usar como exemplos o que compramos para nos alimentar, nos vestir, e quais os espaços de convivência, de diversão, de expressão da nossa vida cotidiana. Quando pensamos nisso, as soluções parecem prontas, as lojas de departamento, os grandes supermercados, as decisões políticas tomadas no âmbito das grandes

5 Entenda-se Estado como o conjunto de instituições públicas estatais que estão a serviço de uma nação, podendo ser em nível nacional, estadual ou municipal, no caso do Brasil

instituições. Mas será que onde moramos, onde vivemos, onde temos nossas relações cotidianas, não é possível expressarmos nosso poder, nossas decisões?

Estas questões estão relacionadas diretamente como o nosso território e com os espaços e dinâmicas onde podemos exercer nosso poder e capacidade de decisão. Assim, é importante conhecermos um pouco sobre o que é o poder local.

Para Tânia Fischer (1993), poder local está relacionado “(...) *ao conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração deste conjunto.*” (1993:11)

“[...] Luiz E. Wanderley observa que a consolidação de um poder local democrático se insere em questões mais amplas que dizem respeito às relações de poder instituídas no capitalismo. No caso específico do Brasil, “é fato notório que os grupos e classes dirigentes e dominantes tudo fazem para impedir a constituição de um poder local com a participação hegemônica dos grupos e classes populares, e mais, que estes últimos participem da gestão pública em igualdade de condições.” (MACHADO; LACERDA, 2003, p.4).

15

Território e Economia Solidária

Quando falamos de Economia Solidária como uma nova forma de fazer economia, estamos também dizendo que queremos novas relações sociais, culturais, políticas! O que, quanto e como vamos produzir? Que relações de trabalho irão nortear os processos produtivos, distributivos e de consumo? Qual o modelo de gestão que esperamos ter para guiar nossos processos decisórios? Como queremos nos relacionar do ponto de vista do consumo? Que relação queremos estabelecer com a natureza para que possamos ter uma perspectiva sustentável de nossos empreendimentos?

Todas estas questões estão relacionadas com território, com poder local. Para melhor ilustrar, vamos utilizar as relações de horizontalidade e verticalidade de Milton Santos. No que se refere às relações horizontais de um território podemos destacar:

- Relações de Consumo Local;
- Grupos de Consumidores;
- Feiras de Economia Solidária;
- Redes de Empreendimentos;
- Formação e Capacitação;
- Apoio e articulação com entidades de Apoio e Fomento;
- Fóruns Municipais, Estaduais de Economia Solidária.

Os vínculos, as relações estabelecidas no nosso entorno, colaboram para estabelecermos forças, capacidade de organização, de decisão. A interligação entre produção e consumo local, a realização de feiras, a construção de espaços de fóruns locais de desenvolvimento são importantes instrumentos que influenciam as ações e resultados no território.

No que se refere às verticalidades: Economia Solidária pode se articular de diversas formas para delimitar e incidir sobre o seu território:

- Cadeias Produtivas Solidárias;
- Redes de Empreendimentos Solidários;
- Leis da Economia Solidária: em âmbito nacional, estadual e municipal;
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Os mecanismos e organizações acima citadas são importantes instrumentos, pois podem mudar as relações estabelecidas de cima para baixo, não que seja um caminho fácil, sem esforço, pelo contrário, exige articulação, organização, objetivos claros e bem definidos, criando estratégias

de mobilização para sua consolidação.

A economia solidária relaciona: produção – distribuição – consumo. Esta é uma perspectiva econômica, que está submetida e relacionada às construções sociais, culturais, políticas. Ou seja, se território é definido e delimitado por relações de poder e poder local tem relação com redes sociais então a economia solidária pode exercer poder sobre determinadas relações. Assim, ao pensar em redes, cadeias produtivas solidárias, finanças solidárias, redes de consumo consciente e responsável, consumo local estamos estabelecendo relações de poder.

Sugestões de leituras:

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. *Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos*. Disponível em: <<http://revistas.unisinis.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.11>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

MACHADO, Eduardo Gomes; LACERDA, Lélia Lis. *Poder local, democracia e participação*. <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=754&Itemid=171>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MOURA, Maria Suzana et al. *Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas*. In: Encontro da ANPAD, 2002, Salvador. Anais eletrônicos. Salvador: ANPAD, 2002. Disponível: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2002/POP/2002_POP1546.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri; MENDES Auro Aparecido. *O papel do território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias*. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt2/sessao-3/ortigoza_silvia_mendes_auro.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ROCHA FILHO, Alnary Nunes; CUNHA; Luiz Alexandre Gonçalves. *Economia solidária para qual desenvolvimento territorial*. Disponível

em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt7/sessao-1/rocha-filho_an_cunha_lag.pdf>.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: OSAL : Observatório Social de América Latina. Ano 6 nº. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SILVA, Abigail Alcântara. *Implicações da Economia Popular Solidária como estratégia de Desenvolvimento Local: uma análise das experiências dos empreendimentos solidários na cidade de Salvador-BA e Recife-PE, Brasil*. In: VI Congresso Português de Sociologia, 2008, Lisboa. Anais eletrônicos. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/596.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

SILVA, Márcia da. *Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil*. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a04v20n2.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério, (Orgs.). *Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular-Unesp, 2009. p.57-72.





2. MODO DE PRODUÇÃO SOLIDÁRIO

Mauri Cruz⁶

TRABALHO COMO ATIVIDADE HUMANA

O que é Trabalho?

Os seres humanos têm a capacidade de antecipar, em suas mentes, os resultados das ações. Podem antever, imaginar objetos, projetos, trajetos e saber o que precisam para que aconteçam.

Nem todas as culturas definem estas ações necessárias a realizar os projetos como trabalho. No entanto, na sociedade capitalista, tudo que produz algo novo é considerado como trabalho.

O que é Trabalho no Capitalismo?

No capitalismo, tudo que gera um produto ou serviço capaz de ser consumido pela sociedade é considerado trabalho.

- Mas quem define o que será produzido?
- Quem decide como será produzido?
- Como são divididas as tarefas?
- Como são definidos os valores pagos pelo trabalho de cada tarefa?
- Quem estabelece o preço do produto ou serviço?
- Quem define o valor destinado a remunerar o próprio trabalho?

⁶ Professor e Advogado.

FAZER SOLIDÁRIO - UMA NOVA ABORDAGEM SOBRE O TRABALHO COLETIVO

Decisão Coletiva (Autogestão)

A principal diferença do modo de produção solidário é quem decide as coisas. No modo capitalista é o dono da empresa ou quem ele delega. No fazer solidário quem decide é o coletivo e não uma pessoa. Isso significa que grupos de empreendimentos solidários onde apenas um “chefe” decide se assemelha ao modo capitalista e não ao modo solidário de fazer!

Produtos Sustentáveis

Outra diferença é o que será produzido. No modo capitalista a coisa ser produzida é aquela que dá mais lucro ao dono da empresa, mesmo que não seja uma necessidade da comunidade. Pior, mesmo que ao consumir aquele produto ou serviço, as pessoas sofram consequências negativas em suas vidas.

No modo de fazer solidário a definição do que será produzido também define o caráter do empreendimento. Produtos e serviços não estão neutros na sociedade, eles representam um modelo individualista ou mais coletivo de viver em grupo. Assim, a escolha do produto tem que respeitar os direitos de todas as pessoas, não só de quem vai consumir.

Processo Produtivo

No modo capitalista é o dono da empresa quem decide o que cada pessoa irá fazer e qual a hierarquia entre as tarefas. Uma das principais preocupações é o controle sobre as pessoas, suas tarefas, o que fazem com o

tempo “contratado”. O dono da empresa quer “tirar” o máximo de produção de cada pessoa. Até o tempo livre é controlado.

No modo solidário o desafio é montar um processo de produção de forma coletiva e também definir quem e quando será feito no grupo. A prioridade é garantir que as tarefas sejam feitas com qualidade e com respeito a todas as pessoas envolvidas. É preciso reconhecer que cada pessoa tem características pessoais e experiência de vida que devem ser respeitadas e potencializadas. Apesar disso, é fundamental que todas as pessoas saibam o que e como deve ser feito.

Montagem do Preço

No modo capitalista a frase que mais se escuta é que o preço é resultado da procura e da oferta. Se tem produto no mercado com pouca procura, o preço “cai”. Se tem pouco produto com muita procura, o preço “sobe”. Será verdade isso? Quem controla a oferta dos produtos? Quem controla a chamada demanda? Tudo que é necessidade humana pode ficar à mercê do “humor do mercado”?

No fazer solidário o preço deve ser resultado do processo produtivo, ou seja, os custos necessários para a produção, comercialização, circulação e pós-venda. A transparência na montagem do preço e a responsabilidade social com os produtos e serviços é essencial.

É preciso reconhecer que, atualmente, a economia solidária não está isolada da economia capitalista. Mas se ela não praticar, no dia-a-dia, uma outra forma de economia, ela não ajudará a gerar uma outra sociedade.

Remuneração do Trabalho

Talvez aqui resida a maior diferença entre o modo capitalista e o fazer solidário. No capitalismo há um conflito de interesses entre o dono da

empresa e as pessoas que fazem os produtos e serviços. Quanto maior valor for dado ao trabalho, menor será o lucro do empresário. O contrário é verdadeiro. Quanto menor a remuneração das trabalhadoras e trabalhadores, menor o lucro da empresa. A base deste conflito é que chamamos luta de classes.

No fazer solidário o valor do trabalho de cada pessoa no processo produtivo deve ser discutido de forma transparente e coletiva. Pode haver valores diferentes para cada hora trabalhada. Mas isso precisa ter justificativa e ser definido de forma transparente.

Essa talvez seja a maior diferença entre os dois modos de produção. Se neste quesito, em particular, o coordenador ou presidente do grupo é quem decide sozinho, o empreendimento perde muito de sua força de mudanças.

Valores Solidários

Finalmente, o fazer solidário tem como valor supremo a defesa da vida em todos os seus sentidos. Não é o lucro, a acumulação de riquezas materiais ou mesmo o crescimento eterno da renda das pessoas que estão no grupo que deve prevalecer. Mas a visão de que o empreendimento tem uma razão social, um papel para realizar na sociedade onde ele está inserido e que, este papel, sempre deverá ser cumprido de forma harmoniosa e solidária.





3. REDES E CADEIAS

Nelsa Inês Fabian Nespolo⁷

A economia solidária não criou os termos redes e cadeias, eles já existem e o sistema capitalista tem trabalhado bem, tanto os termos como as implantações. Quem já não ouviu falar da cadeia automobilística? Vamos ver o que são as redes e cadeias da economia solidária?

O que são Redes?

É a união de vários segmentos que tem o mesmo fim, sem necessariamente envolver todas as etapas de uma cadeia de produção. As redes são fundamentais para chegarmos às cadeias. Algo nos identifica na economia solidária, todos somos coletivos, grupos, associações ou cooperativas. Para exemplificar, podemos localizar aqui as redes de padarias no Paraná que se unem para comprar insumos e ampliar a comercialização; as redes da confecção para atender demandas do mercado ou para comprar tecidos com valor mais competitivo; as redes de artesanato para comercializar juntas; assim seguem várias, que aproximam empreendimentos, fortalece-os. As redes podem ser locais, ou em grandes territórios e até mesmo internacionais.

O que são Cadeias?

Cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço) e sua colocação no mercado.

⁷ Costureira, ensino médio, integrante da Univens, Justa Trama e Unisol Brasil/RS.

Na economia solidária, buscamos juntar os empreendimentos para todas as etapas de produção, assim podemos aproximar trabalhador do campo e da cidade, eliminamos o atravessador, agregamos valor a cada etapa para uma justa distribuição de renda, e ainda podemos ter um cuidado especial com o meio ambiente.

“A construção de cadeias produtivas discutidas, articuladas e dinamizadas entre diferentes atores/segmentos, orientados pelos princípios da Economia Solidária, é algo fundamental. Para tanto, fortalecer e estimular os empreendimentos da Economia Solidária, rurais e urbanos, existentes e/ou o surgimento de novos, a fim de construirmos e consolidarmos novos formatos de produção, processamento e distribuição de produtos promotores de Justiça Social, Soberania Alimentar e Cuidado com o Meio Ambiente, é algo de extrema importância dentro do contexto (social, ambiental e econômico) que se vive nos dias atuais.”

Podemos citar algumas, como a cadeia do algodão agroecológico Justa Trama, e várias iniciativas neste modelo que foram incentivadas com políticas públicas entre 2011 e 2014 no Governo Tarso no Rio Grande do Sul: a cadeia Solidária Binacional do PET, a Cadeia Produtiva da Lã, a Cadeia Produtiva das Pedras Preciosas, a Cadeia Produtiva do Peixe e a Cadeia Produtiva das Frutas Nativas.

Para aprofundar mais concretamente este tema vamos detalhar melhor o que é a Justa Trama, a cadeia mais completa da economia solidaria e que tem pautado seminários e debates.

Justa Trama Construindo Economia e Vida

A Justa Trama envolve mais de 600 trabalhadores do Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do Brasil, trabalhando em rede, ou seja, em cadeia produtiva. O algodão é plantado no Ceará e Mato Grosso do Sul de forma consorciada e ecológica, sem uso de agrotóxicos no plantio. Toda a

preservação é através de defensivos orgânicos, compostagens e produtos naturais tipo o Nim, além dos plantios consorciados de multiculturas como o gergelim, milho, feijão, etc, preservando o meio ambiente e as sustentabilidade dos agricultores. Esse processo de preservação é feito também na fiação e tecelagem em Minas Gerais até a confecção no Rio Grande do Sul, mantendo os cuidados com o produto para que não se contamine com o convencional, além de aproveitar todos os retalhos. As sementes da Amazônia são colhidas e beneficiadas ecologicamente em Rondônia para se tornarem adereços e botões nas confecções. Nesta tecnologia, como não há intermediários, todos ganham. Desde o agricultor até a costureira, todos ganham quase o dobro do mercado convencional. Portanto, todos os que estão na cadeia fazem acontecer a distribuição de renda. O valor final de comercialização tem um valor agregado para garantir a sustentabilidade da cadeia. A Justa Trama é uma cooperativa de segundo grau formada por associações e cooperativas da economia solidária que realizam as várias etapas. Justa Trama também é a marca das roupas desde camisetas, saias, blusas, calças, bermudas, vestidos, colares, bonecas, bichos e adereços. Surgiu a partir da experiência de produzir de forma coletiva 60 mil sacolas para o FSM em 2005. Amadureceu nos espaços da Unisol Brasil e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Um dos principais valores desta cadeia é disponibilizar produto que não tem agrotóxico, com uma tecnologia limpa em todo o processo. Além de diminuir os 25% de agrotóxicos que são jogados no planeta através do algodão convencional.

O segundo é não ter atravessadores, então desde o agricultor até a costureira todos ganham entre 50 a 100% pelo seu trabalho em relação ao valor de mercado. Chegando ao consumidor final num valor justo e possível de ser adquirido inclusive pelos que estão no processo produtivo.

Por ter valor agregado, os trabalhadores têm melhor qualidade de vida e de trabalho.

O ciclo de vida envolve desde os que plantam algodão até os que o trans-

formam e o confeccionam, ou seja, toda cadeia, atingindo também o consumidor para que reveja o que veste. O compromisso que cada um tem com a vida, a sua e a de todos, pois só haverá pleno plantio se todos optarem por uma forma de vestir ecologicamente correta, e só haverá consciência ecológica se houver os que preconizam e constroem consciência. Sabemos e informamos ao consumidor as fontes de onde vem o que ele vai vestir e assim formamos um ciclo que transforma vidas.

Quem faz parte desta cadeia:

- Associação Adec: são 9 municípios do sertão do Ceará que cultivam o algodão.
- Associação Escola Família Agrícola da Fronteira – AEFAF: são 6 municípios do MS que cultivam o algodão rubi.
- Coopertextil: são cooperados que fiam e tecem, em Pará de Minas MG.
- Cooperativa Univens: são costureiras que confeccionam, bordam, tingem e serigrafam as peças em série, em Porto Alegre RS
- Cooperativa Açai: são artesãos que beneficiam as sementes e botões que são aplicados nas peças, e produzem bonecas de pano.
- Coletivo Inovarte: produz bichos de pano e jogos pedagógicos no RS.

As cadeias podem ser curtas como é a cadeia do mel, ela pode se desenvolver toda em uma comunidade, ou mesmo a cadeia do peixe que envolve a criação e a pesca, até o alimento e o artesanato com as escamas do peixe. A cadeia das frutas pode ser local, ou mesmo dentro de uma cidade ou estado. São processos a serem desenvolvidos, é como montamos nossa estratégia. A cadeia solidária binacional do PET, tinha a proposta de ser uma cadeia das garrafas PET que envolvesse dois países.

Porque não fazemos todas as cadeias curtas? Porque muitas vezes não existem empreendimentos no local para as várias etapas de produção, e

na maioria das vezes nos falta o total conhecimento da tecnologia e mesmo os recursos de investimento para implantar todas as etapas próximas.

Essa caminhada da economia solidária já não deixa dúvida que não são as distâncias que inviabilizam, nem os custos de logística. As maiores dificuldades geralmente se localizam em nossa capacidade de articulação, investimentos e garantia de comercialização.

Na economia solidária, a grande maioria dos empreendimentos não têm domínio sobre as várias etapas. Realiza apenas a etapa inicial da cadeia, como é o caso dos empreendimentos que estão na agricultura. Depois o mercado ganha com a transformação e a comercialização dos produtos. Ou então dos empreendimentos urbanos, que geralmente estão na ponta final da cadeia. Eles sofrem todo o tipo de dificuldade, pois a agregação de valor concentrou-se nas etapas onde estão os empreendimentos capitalistas, como é o caso da confecção, da construção civil, do artesanato.

Para a economia solidária, que hoje tem mais de 20 mil empreendimentos em quase todos os setores econômicos, urge construir uma estratégia de aproximação, para esta outra economia, a nova economia, a que distribui renda, melhora a vida do povo, garante direitos, e preserva o meio ambiente. A economia gerada pelas pessoas e para as pessoas.

A Economia Solidária que se constrói nos interstícios que as crises inerentes ao capitalismo deixa desocupados; terra deixada improdutiva que via reforma agrária é entregue a trabalhadores, que a cultivam em empreendimentos solidários; é o lixo que infesta as cidades que é reciclado por cooperativas de catadores. O maior desafio é motivar e resgatar a multidão deixada à margem, fazendo-a ver que sua emancipação é possível desde que se tornem protagonistas dela. (SINGER, Paul http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172003000200008&script=sci_arttext, Acesso em 16/05/2014).

Sugestões de leituras/vídeos:

COOPERA Brasil. Coletânea de vídeos realizada Pela TVT –. <https://youtu.be/mmJ3v-IHy-s>

MORAES, Leandro e BORGES, Adriano (org). Novos Paradigmas de produção e Consumo – Experiências Inovadoras. São Paulo, Instituto Polis, 2010.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. *Tramando certezas e Esperanças*. São Leopoldo, Oikos, 2014.

RESOLUÇÕES da 4ª Conferência Nacional de Economia solidária.





4. FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Elisiane de Fátima Jahn⁸

O presente texto trata da temática de Finanças Solidárias. Para facilitar a leitura e a discussão sobre o tema, o artigo estará dividido em três partes: a primeira aborda o histórico e o conceito das finanças solidárias. A segunda parte traz alguns elementos que possibilitam a diferenciação entre finanças solidárias e financiamento para a economia solidária. Na terceira parte, de forma muito breve, são apresentadas as principais ferramentas das finanças solidárias existentes no Brasil, com dados e informações de como se apresentam na Região Sul.

A perspectiva que aqui está sendo tratada diz respeito aos elementos que fundamentam as práticas e ferramentas que contribuem para a construção da autonomia de grupos, empreendimentos, coletivos, fóruns, cooperativas e movimentos sociais, na perspectiva da gestão de seus recursos, que podem ser ou não monetários.

Cabe destacar que os elementos contidos neste texto são provenientes do acúmulo do movimento de economia solidária, de autores/as, da prática de trabalho do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e do segmento das finanças solidárias. Deste modo, me coube apenas a responsabilidade de juntar o conjunto dos elementos em um mesmo texto.

Boa leitura, bons estudos! Que este texto inspire a conhecer experiências, viver novas, pensar em outras possibilidades e mesmo valorizar ainda mais as que se tem!

8 Educadora popular do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e militante do Movimento de Mulheres Camponesas/RS. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Temas de estudo: campesinato, envelhecimento, crédito consignado, Movimento Social, economia e finanças solidárias.

Finanças Solidárias: histórico e conceito

As práticas de finanças solidárias têm origem com as poupanças informais ou poupanças caseiras, organizadas por trabalhadores/as que não tinham acesso aos bancos tradicionais ou ao sistema financeiro ora ofertado pela lógica capitalista.

No entanto, nestas experiências se reconhece a historicidade de práticas muito antigas e anteriores ao capitalismo, se considerados os elementos da reciprocidade envolvida em cada ação. Os primeiros registros escritos trazem com maiores elementos experiências a partir dos séculos XVIII e XIX⁹. Se afirma, ainda, que da forma como as conhecemos estas práticas teriam se fortalecido na Europa e na África de forma paralela ou alternativa à fase do capitalismo industrial que ora vinha se estabelecendo.

As práticas de crédito, mútuo ou solidário, regidas pela reciprocidade são muito anteriores ao desenvolvimento do capitalismo, se consideramos o caso das “tontines” africanas, ancestrais de nossos consórcios. (Sabourin, 2009, pg 263)

No Brasil, as finanças solidárias são construídas como experiências vinculadas à classe trabalhadora. Assim, temos: a experiência vivenciada por negros e negras de juntar dinheiro para comprar alforria praticada no século XIX; a experiência também vivenciada por negros e negras, na composição de poupanças comunitárias coletivas, onde se juntava dinheiro para a compra de terras; em 1924 foi consolidado o Fundo Quilombola em Goiás, que existe até hoje e é o fundo mais antigo que foi mapeado do Brasil; a prática das Associações da Boa Morte, vivenciadas pelos povos de matriz africana na Bahia do século XIX¹⁰ e pelas Ligas

9 Veja https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_fome_de_1845%E2%80%93931849_na_Irlanda – pesquisa realizada em 29/12/2016 às 20h03.

10 Veja https://pt.wikipedia.org/wiki/Irmandade_da_Boa_Morte - pesquisa realizada em 31/12/2016 às 07h56.

Camponesas, entre 1946-1964¹¹; o fundo de greve criado pelos/as metalúrgicos/as de São Bernardo do Campo e Diadema durante a greve de 1979, com o objetivo de recolher e distribuir alimentos doados aos grevistas¹².

Somente a partir das décadas de 1980 e 1990 que estas práticas de gestão de recursos são assimiladas e vivenciadas com maior intensidade no interior das entidades e movimentos sociais. A seguir, citamos algumas delas: Projetos Alternativos Comunitários (PACs), começam a surgir em 1981 como alternativa à grande seca que assolou o nordeste brasileiro; criada em 1983, a CESE¹³ – Coordenadoria Ecumênica de Serviço tem o objetivo de repassar pequenas quantias de dinheiro para grupos produtivos; em 1985, a FASE¹⁴ criou o Setor de Análise e Assessoria a Projetos, que hoje tem três fundos: Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, Fundo de Apoio Estratégico e Fundo Rotativo Solidário; em 1989, a Diocese de Sobral¹⁵ no Ceará inicia a experiência de repasse de cabras de modo a contribuir para acabar com a fome e a desnutrição do semiárido de Sobral; no mesmo ano, a Pastoral da Criança inicia o Programa de Geração de Renda, com apoio a pequenos projetos produtivos desenvolvidos por líderes voluntários e pelas famílias das crianças acompanhadas em todo território nacional. Em 1991, a articulação entre ONGs da Região Sul cria o Fundo de Miniprojetos, cuja gestão era feita pelo Centro de As-

11 Veja https://pt.wikipedia.org/wiki/Ligas_camponesas - pesquisa realizada em 29/12/2016 as 21h06.

12 Veja artigo: Greve geral dos metalúrgicos do ABC. http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=208 – pesquisa realizada em 31/12/2016 as 09h08.

13 Veja <https://www.cese.org.br/acervo/pequenos-projetos-e-incidencia-em-processos-de-transformacao/> - pesquisa realizada em 31/12/2016 as 19h26.

14 Veja <http://fase.org.br/pt/fundos/saap/historico/> - pesquisa realizada em 01/01/2017 as 18h10.

15 Veja <http://www.diocesedesobral.com/novo/projeto-cabra-nossa-de-cada-dia-completa-20-anos-de-existencia/> - pesquisa realizada em 31/12/2016 as 19h32.

sessoria Multiprofissional (CAMP) e pelo Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria (CECA); em 1993, no município de Soledade/ Paraíba, foi criado o primeiro Fundo Rotativo Solidário com auxílio da Articulação do Semiárido (ASA); em 1998, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituiu a criação do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS), formados com os recursos da Coleta Nacional da Solidariedade, realizada durante a Campanha da Fraternidade de cada ano; em 1998, foi fundado o primeiro banco comunitário do Brasil, o Instituto Banco Palmas¹⁶ em Fortaleza/Ceará; criada em 2000, pelo Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a Fundação Luterana de Diaconia¹⁷ apoia grupos e entidades em todo o Brasil através do Programa de Pequenos Projetos.

Nos anos 2000, as finanças solidárias se consolidam: em 2001, o Fórum Social Mundial foi um marco no reconhecimento de diversos grupos que praticavam novas formas de finanças solidárias no Brasil; em 2003, com a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES¹⁸) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a ação em torno das finanças solidárias foi entendida como uma das bandeiras de ação da economia solidária do Brasil; em 2004, na I Conferência Nacional de Economia Solidária, as propostas das finanças solidárias giravam em torno de financiamento para grupos e empreendimentos; em 2006, na IV Plenária da Economia Solidária, já se apontava para a necessidade de construção de um sistema de finanças solidárias; em 2010, a SENAES lançou o primeiro edital que realizou o mapeamento dos bancos comu-

16 Veja <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/> - pesquisa realizada em 01/01/2017 as 20h58.

17 Veja <http://fld.com.br/page/programa-de-pequenos-projetos/> - pesquisa realizada em 01/01/2017 as 20h56.

18 Veja <http://trabalho.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/> - pesquisa realizada em 02/01/2017 as 12h24.

nitários de desenvolvimento e dos fundos solidários; em 2010, acontece a conferência temática de finanças solidárias, onde se define a constituição do sistema nacional de finanças solidárias; em 2013, a SENAES lança o segundo edital, contemplando o fortalecimento e a ampliação das experiências das finanças solidárias no Brasil, bem como o intercâmbio de experiências.

Pela diversidade de experiências, é possível observar que entre trabalhadores e trabalhadoras sempre houveram formas solidárias de gestão de recursos, tendo em vista as necessidades não atendidas pela ordem escravocrata e capitalista vigente. As práticas das finanças solidárias têm esta origem histórica e carregam a marca da luta e da resistência das pessoas empobrecidas do Brasil e do Mundo. Trazer esta memória é não deixar apagar as experiências passadas, aprendendo com elas, mas resgatando e traduzindo os elementos da reciprocidade e da solidariedade para nossos dias.

Compreende-se, deste modo, que o conceito de Finanças Solidárias amplia a noção das finanças, que dizem respeito ao uso e circulação do dinheiro que tem no micro crédito sua principal ferramenta de atuação. Isso porque as finanças solidárias se vinculam à discussão mais ampla da economia solidária, pressupõem outro modelo de organização social e consideram o processo de gestão coletiva de recursos, tendo em vista a construção da autonomia de coletivos e grupos.

Assim, entende-se por finanças solidárias:

Um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas. De modo geral, essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais, seja para financiar o consumo ou para outros tipos de investimentos na produção ou realização de serviços. (Fonte: SENAES, 2013)

É perceptível a contribuição de cada uma das experiências de finanças solidárias para a construção do conceito acima, disseminado pelo Brasil a partir de 2013. No entanto, é importante reafirmar duas questões no conceito acima. A primeira delas é o sentido coletivo das ações. A segunda é a necessidade de avançar na compreensão de que as finanças solidárias operam apenas com recursos financeiros. Os Fundos Solidários são um exemplo da multiplicidade de recursos que podem ser geridos coletivamente e que dialogam com as necessidades de cada coletivo que se desafia a vivenciar esta modalidade prática de gestão de recursos.

1) Diferenças entre finanças solidárias e financiamento para a economia solidária

É bastante comum entre o conjunto das pessoas que ouvem falar sobre Finanças Solidárias, confundi-la com financiamento para a economia solidária. Por isso, se opta neste texto por trazer alguns elementos que nos auxiliam a diferenciar estas duas práticas.

1.1 – Financiamento para a economia solidária

Na nossa compreensão, financiamento diz respeito às ações cuja gestão é realizada por pessoas, órgãos governamentais, bancos públicos ou privados que estão fora dos processos da economia solidária.

Assim, podemos falar em elaboração de leis que reconheçam e regulamentem as atividades realizadas pela economia solidária, ou ainda em linhas de crédito (em bancos públicos e privados) para capital de giro e para custeio e aquisição de bens e móveis pelos empreendimentos econômicos solidários (EES). Outro exemplo é a constituição de um fundo com recursos públicos para financiar o trabalho associado.

Assim, as atividades de financiamento são mais pontuais e funcionam como ações de fora para dentro da economia solidária.

2.2 – *Finanças Solidárias*

Conforme descrito anteriormente, as finanças solidárias são um dos pilares da economia solidária, assim como comércio justo e solidário, a produção e a circulação de produtos. Deste modo, o processo é de dentro para fora, ou seja, a gestão dos processos é realizada por coletivos, grupos, entidades, fóruns, cooperativas... que fazem parte da economia solidária.

Deste modo, as finanças solidárias são ferramentas ligadas às noções de desenvolvimento territorial sustentável, às dinâmicas locais e à organização comunitária. São metodologias /instrumentos que visam a autonomia financeira, organizativa e de gestão da, com e para a Economia Solidária.

No Brasil, são três os principais instrumentos das finanças solidárias, que têm como referência e horizonte os princípios da economia solidária: cooperativas de crédito solidário, bancos comunitários de desenvolvimento e fundos solidários. No próximo item vamos conhecer um pouco melhor a definição a cerca destas experiências e de como se apresentam na região sul do Brasil.

2) Instrumentos das finanças solidárias

Segundo mapeamento divulgado pelo Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária (NACE/NESOL), da Pró Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (USP), a região sul concentra o maior número de experiências de finanças solidárias no Brasil, sendo que por aqui temos 458 cooperativas de crédito solidário, 03 bancos comunitários de desenvolvimento e 51 fundos solidários. Estão assim distribuídas: 184 experiências no Rio Grande do Sul (3 bancos comunitários de desenvolvimento, 28 fundos solidários e 154 cooperativas de crédito solidário), 174 experiências em Santa Catarina

(10 fundos solidários e 164 cooperativas de crédito solidário) e 151 experiências no estado do Paraná (13 fundos solidários e 138 cooperativas de crédito solidário).

2.1- Cooperativas de Crédito Solidário (CCS)

Segundo definição conceitual, a cooperativa de crédito solidário é uma instituição financeira, tendo forma e natureza jurídica própria, ou seja, possui natureza civil e é sem fins lucrativos.

Sua finalidade é prestar serviços financeiros e técnicos para seus/suas associados/as. Se constitui em uma empresa de dupla natureza, onde ao mesmo tempo, o/a associado/a é dono e também usuário. Enquanto dono, ele vai administrar a empresa, e enquanto usuário ele utiliza os seus serviços. De todas as experiências que temos, esta é a única prática de finanças solidárias que é regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

As cooperativas que são consideradas como de crédito solidário, são todas aquelas vinculadas à Confederação CRESOL, fundada recentemente e que tem como objetivo juntar todos os sistemas cooperativos de interação solidária no Brasil.

2.2 - Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários define que estas práticas são serviços financeiros solidários que atuam em rede. São de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais. O objetivo de um Banco Comunitário é promover o desenvolvimento de territórios, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo.

Uma afirmação importante neste processo é que a própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária. Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local e mais recentemente estão trabalhando com a moeda social eletrônica, conhecida como E-dinheiro. Suas linhas de crédito pro-

movem o desenvolvimento endógeno (de dentro para fora) do território. Atua prioritariamente em territórios com até 50.000 habitantes. Deste modo é possível que se tenha mais de um Banco Comunitário em funcionamento num mesmo território. Em 2015, foi construído pela ação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Banco Nacional das Comunidades.

2.3 - Fundos Solidários (FS)

“No meio rural do Nordeste, até onde remonta a memória camponesa, sempre existiram caixas de solidariedade ou de crédito mútuo, em particular para fazer face a despesas extraordinárias. No agreste da Paraíba, esses fundos eram vinculados, primeiramente, à religião e se destinavam essencialmente ao financiamento de serviços funerários e, por extensão, a despesas ocasionadas por doenças ou falecimento na família. As caixas de crédito portavam o nome de medalha milagrosa, pois eram associadas à imagem ou medalha de um santo ou uma santa” (Sabourin, 2009, p.263)

Os fundos solidários são experiências de gestão, na perspectiva do cuidado e da administração coletiva de recursos monetários e não monetários que unem, além do financiamento, as iniciativas produtivas associativas, as ações de formação e de organização popular.

Antecipam de forma qualitativa a ação das cooperativas de crédito solidário e dos bancos comunitários de desenvolvimento, pois têm uma abrangência muito mais enraizada nos locais onde são praticadas. Em outras palavras, poderia se dizer que os fundos solidários têm um alcance muito maior do que as demais experiências, tendo em vista que são desenvolvidos onde (muitas vezes) nenhum dos demais instrumentos tem atuação.

Em outras palavras, poderia se dizer que são “poupanças” informais geridas coletivamente para fortalecer as atividades econômicas, de produção ou das necessidades coletivas e individuais das pessoas. Podem ser

formadas por meio de doação voluntária de recursos de cada membro participante ou a partir de recursos externos.

Os fundos solidários podem ser definidos conforme a forma de gestão:

Fundos Solidários de Fomento: são aqueles em que o beneficiário não participa, necessariamente, da gestão do fundo, apenas acessa o recurso de forma solidária. Nesta modalidade de gestão temos 44 fundos solidários na Região Sul.

Fundos Rotativos Solidários: são aqueles em que o beneficiário é também o gestor. Nesta modalidade, temos quatro (04) fundos solidários na Região Sul do Brasil.

Fundos Mistos (nova modalidade, conceituada e praticada na Região Sul): são aqueles que desenvolvem a ação de fomento e a ação rotativa solidária, ou seja, parte do recurso é captado entre os participantes do Fundo Solidário e, após um tempo, é emprestado para as próprias pessoas. Mas também tem outras formas de captação de recursos que visam a garantia de ações de fomento para outras pessoas/grupos que não fazem parte do fundo solidário, mas que sejam do interesse dos integrantes do Fundo Solidário, de modo a ir formando redes de produção, de ações formativas e de consumo. Nesta modalidade temos três (03) fundos solidários na Região Sul.

Em 2016, após um processo de realização de três seminário nacionais, foi consolidada a criação da Rede Brasileira de Fundos Solidários, tendo princípios e diretrizes próprias e que dialogam com as necessidades e expectativas desta modalidade das finanças solidárias do Brasil.

Sugestões de leituras:

- BERTUCCI, Ademar de Andrade e SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). *20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. 1ª ed. Brasília/DF: Maio 2003.
- CASTRO, Armando Alexandre Costa de. *A Irmandade da Boa Morte: memória, intervenção e turistização da Festa em Cachoeira, Bahia*. Ilhéus (BA): UESC, 2005
- FONTES, A.M. (Org). *A expansão das Microfinanças no Brasil*. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.
- FUNDOS Solidários: *Por uma política de emancipação produtiva dos Movimentos Sociais*. Patrocínio Banco do Nordeste. Fundação Esquel do Brasil. Caderno 1
- OS FUNDOS solidários e o direito dos trabalhadores produzirem e viverem em cooperação de maneira sustentável. *Novas Utopias para o Mundo do Trabalho?* Cartilha da Cáritas Brasileira.
- SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTIAGO, Eduardo Girão. Artigo: *Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros*. Fonte: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21290/1/2014_capliv_egsantiago.pdf



5. COMERCIALIZAÇÃO

Nelsa Inês Fabian Nespolo¹⁹

Os trabalhadores desde os primórdios foram preparados para trabalhar e o sinônimo disto é produzir. Antes do capitalismo, eram comuns as trocas, portanto a prática de comercializar era tão importante quanto produzir, pois é no comercializar que se estabelecem as relações e sobretudo define a remuneração do trabalho de cada um. Com a revolução industrial, as decisões relacionadas à produção, no sentido dos processos e dos custos, foram alienadas do trabalhador, que passou a ser somente mão de obra para o capitalista, que compra a sua força de trabalho através do salário. De forma intensa, esse processo veio evoluindo, distanciando cada vez mais o trabalhador da compreensão de como se dá a produção e a comercialização de tudo o que se produz e se vende. Geralmente, o trabalhador domina apenas o processo repetitivo de produção. Enquanto a comercialização cabe ao dono do negócio.

Em meio a isso, temos a economia solidária, formada por trabalhadores que chegam de diversas experiências anteriores, seja de fábricas recuperadas, do desemprego, do meio rural, do artesanato, de serviços diversos. Todos com pouco acúmulo em comercialização, mas com um desafio enorme neste sentido, do tamanho da viabilidade deste negócio coletivo.

Conceito de comercialização

Dentro do conceito de comercialização, se compõe uma série de valores. No sistema capitalista, o consumo desenfreado, sem nenhuma responsabilidade é uma marca. Segundo Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai: o sistema capitalista provoca e cria necessidades nas pessoas para que

19 Costureira, ensino médio, integrante da Univens, Justa Trama e Unisol Brasil/RS.

trabalhem a vida inteira para satisfazer essas necessidades. O sistema nos instiga com todas as artimanhas para que compremos, e muito, não importa de onde vem e nem como é produzido e muito menos por quem. Em tempos de globalização se concentram os grandes grupos, e ao mesmo tempo as grandes marcas.

Neste sentido a economia solidária faz o contraponto. É fundamental que ao mesmo tempo que viabilize a comercialização do que produz, estabeleça essa relação de respeito e cumplicidade com o consumidor. Desenvolvendo uma prática de comércio justo e provocando o consumo consciente, ou seja, informando de onde vem o produto, quem o produz, com que, e ainda provocando aquele que compra a pensar que ao adquirir aquele produto ou serviço, o faça de forma consciente segundo sua necessidade.

Comércio Justo

As primeiras práticas de comércio justo já têm mais de 60 anos e se deram nas relações o Norte e o Sul do nosso Planeta.

O comércio justo no mundo definiu um selo através de certificadoras para as práticas que acompanham os produtos. Para tanto são observados 7 princípios básicos:

1. Solidariedade entre produtores e consumidores;
2. Eliminação de intermediários inúteis;
3. Auto-organização dos produtores, democracia participativa (autogestão);
4. Remuneração mais justa do trabalho para melhorar as condições de vida dos produtores;
5. Desenvolvimento comunitário;

6. Transparência no funcionamento da organização e nos intercâmbios comerciais;
7. Informação crítica sobre a desigualdade entre Norte e Sul e sobre as práticas de comércio internacional.

As práticas de comércio justo demarcam também no Brasil um momento especial quando foi criado o sistema de comércio justo, e que reconhece o CADSOL como um processo de certificação dos empreendimentos de economia solidária.

Os processos de certificação avançam a partir de práticas como a criada pela Rede Ecovida, da certificação participativa e que hoje avança no território brasileiro e entra nos debates pelo mundo.

Consumo consciente

Perguntamo-nos o que é o consumo consciente. É possível ter consciência dentro de um sistema que apela para que compremos segundo as marcas, compremos em quantidade e nem sempre por necessidade, e sobretudo que estejamos na moda com os últimos modelos?

A economia solidária coloca para si este desafio de construção de consciência crítica perante o consumo. De onde vem a comida que chega a sua mesa? A roupa que você veste? Sua casa? Seu carro? Foi aplicado agrotóxico? É transgênico? Para onde vão os resíduos gerados? Contaminou a água? O solo? O planeta? O seu corpo? Como são tratados os trabalhadores que geraram este produto que você está adquirindo? Há de fato necessidade de você adquirir este produto?

Consumo consciente só é possível se o consumidor estiver consciente. Por isso, na comercialização o papel da economia solidária é investir na conscientização, e ter o orgulho de poder apresentar um produto que respeita o meio ambiente, que respeita todos os envolvidos e que respeita o consumidor, inclusive de forma que até parece uma contradição mas fazendo refletir se necessita daquele produto.

Como produzimos – novos paradigmas

A produção coletiva é a essência da economia solidária. Se estabelecem valores, e se comparte aprendizados. As relações humanas têm outra pauta. O respeito é fundamental. As regras precisam ser combinadas no princípio da democracia que orienta a economia solidária. Produzir respeitando o ser humano e o meio ambiente são dois elementos fundamentais. Um dos grandes desafios da economia solidária é avançar no consumo dos produtos da própria economia solidária, para ser a referência que motive outros a seguir seu exemplo.

Formas de comercialização

Há várias formas de comercialização construídas que fortalecem a economia solidária.

*Cirandas*²⁰ – o cirandas é a rede social virtual da economia solidária e transformou-se em referência de informação tanto para buscar caminhos de integração para a produção como para criar redes que viabilizem a comercialização.

Sites – a comercialização de vários empreendimentos acontece através de seus sites, numa relação direta com o consumidor, que confia na informação e adquire o produto.

Feiras – as feiras são uma marca especial de comercialização da economia solidária. É a venda direta ao consumidor, é o encontro entre consumidor e produtor. Momento de consciência. As feiras são espaços também de divulgação da prática de economia solidária e muitas delas são eventos que promovem outros eventos e neste sentido podemos ressaltar a Feira de Santa Maria, as feiras estaduais e municipais organizadas pelos fóruns de economia solidária ou por organizações de apoio e universidades.

20 Acesse o Cirandas: <http://cirandas.net/>

Lojas – há várias lojas que comercializam os produtos da economia solidária, como a Loja da Reforma Agrária do Movimento Sem Terra no mercado público de Porto Alegre, a loja Bem da Terra no mercado público de Pelotas, assim como lojas de artesanato.

Casas de economia solidária – são espaços públicos estaduais, municipais ou federais constituídos para viabilizar o tripé: comercialização, formação e qualificação dos produtos e dos empreendimentos, como é a Casa de Economia Solidária em Porto Alegre, em Livramento, entre outras.

Centros públicos – são espaços públicos de comercialização da economia solidária, como é o CEPESI em Itajaí SC (Centro Público de Economia Solidária de Itajaí Idalina Maria Boni).

Compras públicas – o poder público compra produtos, bens e serviços. De quem ele compra? Infelizmente a economia solidária ainda não é o grande fornecedor. Por isso, a política pública é importante. Pois ela universaliza as políticas e deve tratar os diferentes de forma diferente. Atualmente existem dois grandes setores que a partir de políticas públicas conquistadas avançaram muito na comercialização:

Agricultura familiar - através da lei da Merenda Escolar, que exige que a compra de ao menos 30% da merenda escolar pelas escolas seja feita diretamente do produtor/agricultor ou suas cooperativas, a partir da certificação da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

Os catadores – que comercializam o serviço de coleta seletiva, ou de remuneração do serviço de separação e reciclagem dos resíduos junto às prefeituras.

Também em 2012 durante o governo Tarso no RS foi criada a Lei das Compras Coletivas que possibilita ao Estado do RS comprar no mínimo 30% dos produtos, bens e serviços da Economia Solidária e Agricultura Familiar.

São várias as formas de comercialização e o desafio permanece, pois é a

comercialização que viabiliza os empreendimentos de economia solidária. E são essas práticas que promovem o desenvolvimento que distribui renda e torna a sociedade mais justa.

Campanhas

Há uma profunda necessidade de campanhas de comércio justo e especialmente de consumo consciente. O consumo consciente modifica os processos de produção. Compromete a sociedade. E constrói valores profundos de que podemos ter outra forma de produzir, de comercializar e sobretudo de consumir. Os meios de comunicação de todos os níveis devem ser encantados para este tema, para que o caminho da conscientização seja mais curto.

Sugestões de leituras/vídeos:

CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

COOPERA Brasil. Coletânea de vídeos realizados pela TVT –. <https://youtu.be/mmJ3v-IHy-s>

MORAES, Leandro e BORGES, Adriano (org). *Novos Paradigmas de produção e Consumo – Experiências Inovadoras*. São Paulo, Instituto Polis, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para Viver – Os caminhos da produção não Capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. Coleção Reinventar a Emancipação Social, Vol. 2.

STELZER, Joana e GOMES, Rosemary (org). *Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina*. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2016. Projeto Ilha Redonda.



MINISTÉRIO DO
TRABALHO

